

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.360 - PR (2018/0316119-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : **J H DOS S F**  
**REPR. POR** : **F C DOS S**  
**ADVOGADOS** : **KARL GUSTAV KOHLMANN - PR036130**  
                  **WILSON EDGAR KRAUSE FILHO - PR042135**  
                  **KARIN KASSMAYER - PR036352**  
**AGRAVANTE** : **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR**  
**ADVOGADOS** : **ELIZABET NASCIMENTO - PR012845**  
                  **KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE - PR021785**  
                  **LUCIANO SILVA DE LIMA - PR063354**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AFASTAMENTO. IMPRESCINDIBILIDADE DE PROVA PERICIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. “AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS”. 1. AGRAVOS RETIDOS. MATÉRIA RELATIVA À PROVA PERICIAL. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO, JÁ QUE O FEITO FOI JULGADO ANTECIPADAMENTE. DECISÃO AGRAVADA QUE AFASTOU OS EFEITOS INTERRUPTIVOS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. JUÍZO A QUO QUE, POSTERIORMENTE, RECEBEU O RECURSO DE APELAÇÃO. RETRATAÇÃO EXERCIDA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DEFINITIVO EXERCIDO PELO JUÍZO AD QUEM. PERDA SUBERVENIENTE DO OBJETO. RECURSOS NÃO CONHECIDOS. 2. RECURSO DE APELAÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. EXISTÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA DO ODOR DESAGRADÁVEL ORIUNDO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO. PROVA PERICIAL IMPRESCINDÍVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE.

Os embargos de declaração foram rejeitados. No recurso especial, o recorrente aponta, violação aos seguintes dispositivos: (a) art. 1.022 do CPC, alegando que o acórdão recorrido foi contraditório ao reconhecer o cerceamento de defesa sem levar em consideração os atos processuais praticados pelas partes no curso da instrução, bem como

o disposto nos arts. 355, 370 e 371 do CPC; e (b) arts. 355, 370 e 371 do CPC, alegando que não há que se falar em cerceamento de defesa quando a própria parte renuncia (ainda que tacitamente) o seu direito de produzir as provas aptas a demonstrar o seu direito, com requerimento de afastamento da perícia e com pedido de julgamento antecipado do feito.

Foram apresentadas contrarrazões.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade à consideração de que: a) quanto ao art. 1.022 do CPC, a Câmara Julgadora dirimiu fundamentadamente as questões que lhe foram submetidas, não havendo omissão a ser sanada; b) rever a conclusão do Colegiado acerca da existência de cerceamento de defesa e da necessidade de produção da prova pericial, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos

Insurge a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser processado.

Houve contraminuta pela parte agravada.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Preenchido os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

A insurgência não merece prosperar.

Inicialmente, afasto a alegada ofensa ao artigo 1.022 do CPC.

Como se sabe, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater um a um os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia.

No caso, bem ou mal, certo ou errado, a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente ao concluir que é de rigor a realização de perícia com vista à obtenção de dados técnicos a respeito da qualidade do ar na região circunvizinha à ETE São Jorge, determinando a cassação da sentença e a reabertura da fase instrutória.

Enfim, não há que se confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Melhor sorte não socorre o recorrente quanto a alegada violação aos artigos 355, 370 e 371 do CPC.

A detida análise dos autos revela que o acórdão recorrido entendeu que é imprescindível para o julgamento da demanda a produção de provas, *in verbis*:

Trata-se de demanda indenizatória proposta por J.H.S.F., ora apelante, representado por sua genitora, em face de COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR, ora apelada, através da qual alega estar a sofrer com a poluição e contaminação oriundos da Estação de Tratamento de Esgoto São Jorge. Narra a parte autora que a região de sua residência está contaminada pelos fortes odores que exalam da ETE, o que fere a sua dignidade, e também, o seu direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O ponto nodal da lide exige perquirir a responsabilidade da apelada pelos supostos danos morais sofridos pela apelante em razão do mau cheiro proveniente da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) São Jorge, instalada nas proximidades de sua residência no município de Almirante

Tamandaré.

A r. Sentença negou procedência à pretensão inicial, considerando a apelante parte ilegítima para propugnar amparo a direito difuso.

A par da pertinência social da temática em debate, impende considerar que há, nos autos, efetivos indícios de que o mau cheiro produzido nas redondezas da estação de tratamento de esgoto São Jorge – conforme a ata notarial (mov. 1.5) dá conta –, legitime a judicialização de uma demanda individual, tornando imperiosa a determinação, ex officio, da produção de provas.

Consoante o entendimento a prevalecer nesta e. Corte, é de rigor a realização de perícia com vista à obtenção de dados técnicos a respeito da qualidade do ar na região circunvizinha à ETE São Jorge: (...)

Tal posicionamento encontra respaldo em precedente do e. Superior Tribunal de Justiça: (...)

Ante o exposto, o voto é no sentido de não conhecer dos Agravos Retidos, de conhecer do recurso de Apelação, mas, no mérito, julgá-lo prejudicado, para o fim de cassar de ofício a Sentença e determinar o retorno dos autos à origem para a reabertura da fase instrutória, restando com isto, igualmente prejudicado o pedido de nulidade da Sentença por ausência de intimação do Ministério Público em Primeiro Grau, que da prerrogativa abdicou nos autos, bem de ver-se, não obstante aqui em pauta o interesse de incapaz e a aparente ofensa à regra do artigo 178, inciso II, do Código Processual Civil.

A análise acerca da possível desnecessidade de produção de prova pericial, bem como da suposta ausência de cerceamento de defesa, são questões que demandam, inevitavelmente, o revolvimento do acervo fático e probatório, o que é inviável a teor da Súm. 7/STJ. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INÉPCIA DA INICIAL AFASTADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. DANOS DECORRENTES DE INUNDAÇÃO DE MUNICÍPIO. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATORIO E DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. MULTA DO ART. 1.026 DO CPC/2015. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NA ORIGEM COM INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO. [...] 4. Ademais, o art. 130 do CPC/1973 consagra o princípio da persuasão racional, habilitando o magistrado a valer-se do seu convencimento, à luz das provas constantes dos autos que entender aplicáveis ao caso concreto. Não obstante, a aferição da necessidade de produção de prova pericial impõe o reexame do conjunto fático-probatório encartado nos autos, o que é defeso ao STJ, ante o óbice erigido pela Súmula 7/STJ. [...] 8. Recurso Especial parcialmente provido tão somente para excluir a multa prevista no art. 1.026 do CPC/2015. (REsp 1670086/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 17/10/2017)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. NULIDADE DA CDA. REQUISITOS. SÚMULA 7/STJ. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE COM DISPENSA DE PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME.

SÚMULA 7/STJ. (...) 2. Quanto à alegação de cerceamento de defesa, o STJ possui entendimento consolidado de que compete às vias ordinárias aferir a necessidade ou não de realização de provas, pois é faculdade conferida ao livre convencimento do juiz, que, diante dos fatos da causa, decide a respeito. Para se alterar as conclusões das instâncias inferiores, impõe-se o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência inviável em face do óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 844.332/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 28/06/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

